

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.331.036 - SP (2018/0181660-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO FIBRA SA
ADVOGADOS : JOYCE ELLEN DE CARVALHO TEIXEIRA SANCHES E
OUTRO(S) - SP220568
MARCUS VINICIUS GUIMARÃES SANCHES - SP195084
AGRAVADO : WAGNER FARIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LUCILENE ULTREI PARRA E OUTRO(S) - SP238146
INTERES. : NAZARE GONCALVES DOS SANTOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS - Interposições contra sentença que julgou parcialmente procedente ação de rescisão contratual c.c declaratória de inexigibilidade de débito e indenização por dano moral. Preliminar afastada. Contrato de compra e venda de automóvel que sequer chegou a ser celebrado. Contrato de financiamento que deve ser rescindido. Autor que deve ser desobrigado dos pagamentos do financiamento do bem. Falha na prestação dos serviços demonstrada. Responsabilidade solidária dos réus. Inversão do ônus da prova permitida pelo artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Inscrição indevida do nome do autor. Dano moral configurado e valor majorado para R\$ 10.000,00. Honorários advocatícios corretamente fixados em sentença. Juros de mora contados a partir da citação (artigo 405 do Código Civil). Sentença parcialmente reformada. Apelação de Banco Fibra S/A não provida e apelo do autor parcialmente provido.

A parte agravante sustenta que o provimento do pedido do autor implicou seu enriquecimento indevido. Argumenta que os danos morais foram estipulados em valor excessivo, merecendo redução, e que os juros moratórios incidentes sobre tal verba só incidem a partir do arbitramento do valor da indenização.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

A tese do enriquecimento indevido foi afastada pela Corte de origem, sob

o fundamento de que, não tendo sido realizado o contrato de compra e venda (dado que nunca foi entregue o automóvel dele objeto), o autor não logrou qualquer proveito econômico com a celebração do financiamento, mas apenas a empresa vendedora, que deteve o bem móvel e o numerário repassado pela instituição financeira. Tal fundamento, suficiente por si só para manter o acórdão, não foi infirmado pela recorrente, e, por consequência, não pode ser alterado por força do veto contido no enunciado 283 da Súmula do STF.

No que tange à fixação do valor dos danos morais, esta Corte entende razoável a sua fixação em até 50 salários mínimos para casos de inscrição indevida em serviços de proteção ao crédito:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. RAZOABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte é razoável o valor do dano moral fixado em até 50 salários mínimos para os casos de inscrição inadvertida em cadastros de inadimplentes, devolução indevida de cheques, protesto incabível e outras situações assemelhadas.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AG n. 1.388.597/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 19/10/2012).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PROVIMENTO AO RECURSO.

1. Pretensão voltada à redução do valor fixado, nesta Corte, a título de indenização por dano moral, em razão de indevida manutenção do nome do autor em órgão de restrição ao crédito. Inviabilidade. Valor arbitrado de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. Esta Corte firmou o entendimento de que é razoável o valor do dano moral fixado em até 50 salários mínimos para os casos de inscrição inadvertida em cadastros de inadimplentes, devolução indevida de cheques, protesto incabível e outras situações assemelhadas. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 238816/RJ, 4ª Turma, Rel. Min. Marco Buzzi, DJe 16/04/2013).

Destarte, no caso concreto, não se vislumbra excesso na indenização

estabelecida em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Com relação aos juros de mora, verifico que o entendimento do Tribunal de origem está de acordo com o desta Corte, no sentido de que, no caso de indenização por danos morais decorrentes de obrigação contratual, os juros de mora são devidos a partir da citação (cf. AgRg no AREsp 294.670/BA, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/4/2013, DJe 3/5/2013; AgRg no AREsp 184.614/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 4/9/2012, DJe 10/9/2012). Incidência da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

